

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2015:** *Aos onze dias do mês de junho do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sal a de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo, Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Helder Martinho Valente Simões, Dra. Ana Maria de Jesus Silva e Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira.*** =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 09h e 40m.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Bom dia. Tenho algumas informações para dar no período antes da ordem do dia. Em primeiro lugar, dar-vos nota que participei numa visita que o Senhor Secretário Geral do Partido Socialista fez a uma empresa de Oliveira de Azeméis, neste caso concreto ao Grupo Simoldes e enquanto Presidente da Câmara Municipal fui convidado para esse efeito. Pôde participar nessa visita, onde foi interessante que pessoas de fora, com responsabilidades políticas ao mais alto nível, possam também conviver com a realidade de Oliveira de Azeméis e conhecer com mais pormenor as potencialidades da nossa comunidade empresarial. Dar-vos essa nota de que é com agrado que nós recebemos essas pessoas ou participamos nessas visitas onde essas pessoas vêm conhecer mais um pouco do nosso concelho. O Senhor Vereador Joaquim Jorge e a Senhora Vereadora Inês Lamego, vereadora em regime de substituição, também estiveram presentes e, portanto, eles podem ser testemunhas do quanto é importante entidades políticas com elevadas responsabilidades no país poderem estar em Oliveira de Azeméis e conviveram com a nossa realidade, neste caso com a nossa realidade empresarial. Não saindo da nossa realidade empresarial, também dizer-vos que tivemos a visita do Senhor Ministro Poiares Maduro, que numa lógica de visita a setores e clusters de atividades importantes passou pela Aspock, mesmo sendo uma visita rápida, foi uma visita de cerca de uma hora, mas pôde também testemunhar o trabalho extraordinário que é desenvolvido. Uma nota positiva, foi-nos dado a conhecer o*

*aumento das instalações, que nós próprios também aprovamos aqui em reunião de Câmara, essas instalações estão concluídos, ainda não foram inauguradas. Dizer-vos também que o Grupo Aspock tem fábricas instaladas em várias partes do mundo, no setor da iluminação automóvel, portanto, dentro da indústria automóvel na fileira da iluminação. Dizer-vos ainda que o centro de investigação internacional, o centro de investigação de todo o grupo, vai ter sede em Oliveira de Azeméis, portanto, tudo o que for desenvolvimento em várias partes do mundo, na Áustria e no Brasil, o centro de investigação vai estar sediado no nosso concelho, nas instalações da Aspock Internacional. Uma outra nota, para vos dizer que na passada segunda-feira eu fui convidado pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Entre o Douro e Vouga, Dr. Miguel Paiva, para uma visita ao Hospital S. Miguel. Eu voltei a falar na possibilidade do Senhor Dr. Miguel Paiva poder reunir com o Executivo todo, ele mostrou essa disponibilidade para vir a uma reunião de Câmara conversar connosco. Os sinais que nós recebemos, aliás na sequência de outros contatos que tinham sido feitos com a tutela da saúde, são sinais que eu considero positivos e interessantes que têm a ver com aquele que é o orçamento de investimento do Centro Hospitalar do Entre o Douro e Vouga, neste momento Oliveira de Azeméis ser uma prioridade para o Centro Hospitalar. E, portanto, há um conjunto significativo de obras que vão ser feitas nos próximos tempos, a ideia é que em setembro já estejam prontas, portanto aproveitar também o verão para fazer obra. Estamos a falar de melhorias, de benfeitorias, a pensar nos utentes naturalmente, mas a pensar também nos doentes que utilizam e recorrem aos serviços do Hospital de S. Miguel. No âmbito ainda dessa visita, nós vamos ter que trazer aqui à reunião de Câmara, nós vamos assinar um protocolo com o Centro Hospitalar do Entre o Douro e Vouga para fazer o rastreio oftalmológico de todas as crianças das nossas escolas até aos seis anos. É um serviço que vai ser coordenado pela Direção de Oftalmologia do Centro Hospitalar do Entre o Douro e Vouga, que terá a colaboração do Pelouro da Educação, porque está cientificamente provado que a identificação de problemas oftalmológicos nesta idade é corrigível, o que não acontece anos mais tarde. As taxas de sucesso deste rastreio em Santa Maria da Feira, onde já é feito, são muito positivas e, portanto, a ideia é alargar o perímetro desse trabalho ao Município de Oliveira de Azeméis e a toda a população escolar até essa idade. Terá que haver um protocolo, a Câmara Municipal irá colaborar, mais na parte logística, no facilitar e no transporte da equipa operativa para ir às escolas e, portanto, teremos de aprovar as condições do protocolo. Queria também dar um esclarecimento ao Senhor Vereador Joaquim Jorge, eu contava hoje trazer o dossier das respostas àquela matéria que está pendente, mas como sabe eu estive uns dias fora da Câmara Municipal e não me foi possível trazer o documento. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Bom dia a todos, só duas notas breves. Primeiro, li uma notícia há dias que o Município de Oliveira de Azeméis se tinha comprometido com Albergaria sobre o traçado da A32. Confesso que não percebi, obviamente que o Executivo não deve ter tomado nenhuma posição sobre essa matéria, mas gostava de perceber quais foram os desenvolvimentos deste assunto. Continuo a achar que*

*nós devíamos lutar pela resolução da A32 e ligá-la à primeira estrada que apareça, seja à variante de Estarreja, seja em Albergaria com a A25. A notícia não nasceu do nada, terá na sua base algum compromisso ou alguma conversa e neste sentido gostava que nos esclarecesse. Segundo, registar aqui o voto de louvor ao Sporting Clube de Bustelo pela subida ao Campeonato Nacional de Seniores, ao Futsal Clube de Azeméis pela vitória na Taça Distrital, com pena do Ossela que perdeu a Taça Distrital e também com pena do S. Roque que ontem não conseguiu vencer a Taça Distrital de Aveiro. Uma última questão, já aqui colocada por mim e que se prende com a Central de Camionagem, pelo espaço que é utilizado como tal e que não abona em nada a favor da imagem que se pretende de Oliveira de Azeméis. Está ali no centro, está completamente degradado. Os utentes daquele espaço, lamentam-se das condições internas do próprio espaço, ao nível das casas de banho, de acessibilidades, de zonas de estar, não sei se nós podemos sensibilizar de alguma forma o proprietário sobre essa matéria. Mas o mais importante era percebermos para quando é que pensamos tomar uma diligência no sentido de resolvermos este problema central e dotarmos o concelho de um espaço interessante para o efeito. Acho que nós somos o único concelho da região que não temos espaço indicado para este efeito e acho que devíamos ter. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que disse: Obviamente que eu também tenho que me congratular por todos os êxitos desportivos do nosso movimento desportivo e associativo oliveirense. Estamos a ter de facto bastantes resultados e isso é bastante meritório para os clubes e para todos os que se dedicam, muitas vezes de forma voluntária a estas causas. Dizer-vos que temos um fim de semana cheio de ciclismo com a realização do VII Memorial Bruno Neves (domingo) e V Troféu Concelhio de Oliveira de Azeméis (sábado). São duas etapas que fazem parte da Taça de Portugal, a segunda e terceira etapas do Troféu Taça de Portugal Liberty Seguros da Federação Portuguesa de Ciclismo. Dizer-vos também que na ótica do ciclismo tenho o prazer de dizer que seremos um dos concelhos que este ano mais trabalhará no ciclismo, vamos ter de novo a Volta a Portugal a passar em Oliveira de Azeméis, a chegar a Oliveira de Azeméis, num programa bem preenchido de atividades e de eventos colaterais à própria Volta a Portugal. Isto acontecerá nos dias 4 e 5 de agosto, com a chegada a Oliveira de Azeméis da 6.ª etapa da Volta a Portugal 2015 e depois teremos também o dia de descanso, dia 05 de agosto, com um programa bastante alargado. Para além da chegada teremos nesse próprio dia o concerto da Volta a Portugal com os Expensive Soul que será integrado nas Festas de La-Salette e, portanto, teremos aqui uma grande festa que depois culminará no clube da volta, na festa da volta como se costuma dizer, num espaço noturno em Oliveira de Azeméis. No dia do descanso teremos várias atividades para todos os gostos, para todos os públicos e para todos os participantes, desde a minietapa da volta, essa dos seis aos catorze anos. Teremos também a etapa vintage, que é no fundo um passeio de cicloturistas com bicicletas antigas e teremos a prova rainha do dia de descanso que é a etapa da volta RTP Vitalis que é uma etapa para cicloturistas e amantes da bicicleta, numa organização conjunto com a Associação de Cicloturismo do Centro, vamos ter aqui a famosa prova dos cicloturistas que certamente vai ser um momento alto e que encherá*

*as ruas de Oliveira de Azeméis. Dizer-vos que este evento tem transmissão total e integral da RTP. Fruto ainda desta parceria, no dia 19 de julho, antes da volta, teremos cá a final da Volta ao Futuro, ou seja, II Volta a Portugal mais importante e o final dessa volta ao futuro, estamos a falar das esperanças do ciclismo português será aqui em Oliveira de Azeméis. Dizer-vos também que tive o grande prazer de acompanhar a Taça de Portugal Feminina no Jamor, onde duas oliveirenses dignamente representaram um clube de Albergaria. Uma palavra de apreço à Érica e à Ana Rita Almeida. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Na última reunião questionei se já tinham na vossa posse as informações que o Sr. Presidente garantiu que iria recolher junto da Dra. Gracinda sobre o Centro de Línguas, relembro que se tinha comprometido em pedir à Dra. Gracinda que fizesse com o advogado do Centro de Línguas um apanhado do que se estava a passar. Como não estive na reunião, hoje volto a perguntar, já tem as informações na sua posse? Já as pode transmitir? O segundo aspeto, é uma reflexão pessoal, portanto só a mim me obriga, traduzindo pura e simplesmente aquilo que eu penso, e que se prende com as obras que estão a ocorrer em Cucujães, nomeadamente o Campo de Jogos Municipal de Cucujães. Aquela obra faz-me refletir sobre o planeamento que nós temos para a nossa cidade e para as nossas freguesias. Cucujães é uma freguesia grande, quer em população, quer em território, que tem um problema, reconhecido por todos que é a falta de um centro. Isso ao longo da história tem as suas consequências no sentido de pertença, da agregação da sua própria comunidade. A dimensão religiosa acabou por agregar as pessoas em pequenas comunidades à volta da sua capela. Nos últimos anos tem havido um esforço para que a igreja em termos religiosos volte a ser o centro, mas falta a Cucujães um centro agregador que junte toda a sua comunidade e lhe dê um maior sentido de pertença. Só assim conseguiremos combater o facto de as pessoas de Faria sentirem mais pertença a S. João da Madeira do que a Cucujães; as pessoas de Fermil a fazerem muito mais vida em S. João da Madeira do que em Cucujães. E eu sempre olhei para aquele terreno (onde está a ser construído o campo de jogos) como sendo esse espaço, ficava ali num circuito de espaços públicos: Centro Cívico, Mangueiras, este espaço, Igreja e cemitério. Tenho que reconhecer que não gostei de ver a criação daquela infraestrutura naquele lugar. Não questiono a sua necessidade, não tenho dúvidas nenhuma que se o ACC quer crescer e quer dar condições aos seus miúdos precisa daquela infraestrutura. Agora entendo que se o Município tivesse planeado isso com tempo nós teríamos pensado numa zona desportiva de raiz para Cucujães, que pudesse agregar o atletismo, o futebol e outras modalidades. O que temos hoje? Num local a oficina de trabalho para o NAC, no outro o centro de treinos para o futebol e em outros as, outras modalidades e algumas sem local nenhum. Cucujães merecia que se tivesse pensado numa zona desportiva de raiz que fosse crescendo à medida das nossas possibilidades económicas, não falo num projeto de um ou dois anos, mas um zona com princípio, meio e fim, com futuro e com esse sentido agregador também. Fizemos no passado asneiras, financiamos sedes para todas as associações com encargos brutais para elas, não as educando para a partilha de espaços que se traduz numa partilha de despesas. Perdeu-se mais uma vez essa*

*oportunidade, perdeu-se a oportunidade de reservar aquele espaço para um projeto agregador e transversal a toda a população (o futebol não é transversal a toda a população) e perdemos a oportunidade de planejar algo de raiz que realmente que se coadunasse com uma freguesia como é Cucujães. Agora para aproveitarmos estes fundos tivemos de ocupar este espaço público. Uma Câmara com visão de futuro já teria no PDM uma zona prevista para isso, com umas capacidades de futuro muito diferentes daquilo que andamos a fazer no presente. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que disse: Muito bom dia. Eu queria aqui realçar a ocorrência de quatro acontecimentos socioculturais, dois deles realizados no passado sábado, 06 de junho, e os outros dois no dia 09 de junho. Começando pelo dia 06 de junho, dar uma nota positiva a mais uma atividade integrada no nosso projeto “Azeméis Intercultural”, onde no Parque de La-Salette tivemos uma tarde cheia de cor e de alegria, convívio, a realizar jogos tradicionais e culturais, entre pessoas daqui da nossa comunidade e pessoas que foram acolhidas, que vieram desde a Venezuela, até à Letónia e à Ucrânia. Houve oportunidade das comunidades, quer a residente, quer as emigrantes, conhecerem um bocadinho também dos nossos jogos e nós também ficamos a conhecer os jogos tradicionais desses países. Terminou na Estalagem S. Miguel com uma sessão de dança do Grupo Folclórico “As Padeirinhas de Ul” e um lanche onde também esteve presente a gastronomia desses países. Nesse dia à noite, no Cine-Teatro Caracas, tivemos o concerto do D8 e verificou-se aqui também ter sido uma boa aposta. No dia 09 de junho, referir a realização do IV Ciclo de Conferências levado a cabo pelo Centro Infantil Social de Cesar, cujo tema “Ser criança hoje”, é um tema bastante pertinente, bastante atual e preocupante também. Este tema fez-me lembrar e fazer uma ligação com o Encontro Nacional da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de 2014, onde se constatava um volume processual maior em termos de sinalizações de crianças, entre os zero e os cinco anos de idade, assim como entre os quinze e vinte e um anos de idade. É realmente preocupante e nunca é demais termos estas oportunidades de formação e este ciclo de conferências, que concentrou uma série de especialistas na área da infância e juventude, com diferentes pontos de vista, quer o ponto de vista psicologia, da sociologia, mas também da saúde e que foi mais uma oportunidade para os nossos técnicos e todos os interessados nesta matéria poderem partilhar conhecimentos e boas práticas que são sempre de estimular. Nesse mesmo dia comemorava-se também o Dia Internacional dos Arquivos e o nosso Arquivo Municipal também proporcionou à turma que ganhou o concurso “Documentos e Condimentos” um dia cheio de experiências, quer no arquivo, quer também na nossa cidade, levando a que esta turma do 4.º ano visse que o arquivo não é uma casa só para armazenar documentos velhos ou antigos, mas que queremos fazer desta casa também um sítio aberto à comunidade e um sítio onde haja oportunidade das pessoas conhecerem e consultarem também documentos da nossa história. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que fez a seguinte intervenção: Muito bom dia a todos. Em primeiro lugar, começar por comentar a informação que nos prestou sobre o Hospital S. Miguel. É evidente que as obras são importantes, embora aquilo que tenha*

*sido publicamente anunciado sejam meras obras de conservação, sobretudo ao nível as pinturas e revestimentos. Apesar de reconhecermos que todas as obras são importantes, porque permitem introduzir qualidade no atendimento e na receção dos utentes, é evidente que aquilo que é importante para o nosso hospital são obviamente mais valências, mais especialidades, mais serviços de saúde, em suma mais respostas públicas de saúde à população. E digamos que o nosso objetivo, o objetivo da nossa reunião com o responsável pelo Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Entre o Douro e Vouga é objetivamente percebermos se era precisamente por esta última via, portanto, pela via da qualificação dos serviços de saúde que prestamos à populações e qual seria a estratégia deste responsável, percebendo obviamente que a questão do investimento na requalificação do espaço tem que estar ao lado destes investimentos em mais respostas públicas de saúde. Algumas questões, uma delas tem a ver com aquela questão do parque de viaturas municipal, saber se existe já uma informação que nos permita avaliar o seu estado, percebermos objetivamente aquilo que é preciso fazer para que tenhamos equipamentos que permitam dar resposta às necessidades, não só de mobilidade mas também de intervenção no espaço público por parte da autarquia. Em relação às denúncias, Senhor Presidente, vamos esperar então que nos faça chegar essa informação. Uma outra questão tem a ver com algo que foi aqui dito na última reunião e que tinha a ver com uma relação das ruas requalificadas no ajuste direto que foi feito em 2013, portanto, em vésperas de eleições. Nós solicitamos a listagem das ruas intervencionadas, das áreas intervencionadas em cada uma das ruas e obviamente os valores envolvidos nessas requalificações. Também tínhamos perguntado, em relação à Área de Acolhimento Empresarial de Ul/ Loureiro, apesar de haver algumas informações públicas sobre isso, se os terrenos ainda estão na posse da autarquia, que áreas correspondem, ou seja, aquilo que nós ainda podemos vender e com essa venda ter recursos financeiros; que escrituras foram feitas até ao momento; quais os montantes gastos pela autarquia com as expropriações. E também entroncar nisto a questão da Wuhan, saber se já existe mais alguma informação sobre o investimento mais importante previsto para esta Área de Acolhimento Empresarial de Ul/ Loureiro e eu atrevo-me a dizer que é um investimento que vale mais do que a soma de todos os outros investimentos que se irão realizar. Portanto, nessa perspetiva seria muito importante percebermos quais os desenvolvimentos. Uma última questão, Senhor Presidente, tem a ver com os fundos comunitários, um assunto quentíssimo que está aí na ordem do dia, seria uma informação a prestar, já falamos disso aqui, no sentido de percebemos que cota, digamos assim, estará prevista para a autarquia nesse Quadro Comunitário de Apoio e para o prazo do período de vigência desse Quadro Comunitário de Apoio. Senhor Presidente, perceber o que é que está previsto neste momento, embora objetivamente saibamos que não está fechado, mas aquilo que está previsto, aquilo que com a situação atual, com os dados que temos hoje, poderemos esperar para o município de Oliveira de Azeméis. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Isidro Figueiredo que disse: Muito bom dia a todos. Começaria por destacar os vários prémios que têm sido atribuídos a várias escolas e a vários alunos do nosso município. Gostava de sublinhar,*

*até pela especificidade deste caso, a atribuição do prémio e a participação do aluno Leandro Silva, do 12.º ano da Escola Secundária Soares Basto, que vai representar Portugal nas Olimpíadas Ibero-Americanas de Biologia, que terão lugar em setembro, em El Salvador. Eu falo neste aluno, pelas dificuldades que ele enfrenta perante o período de trabalho escolar, porque é um aluno que tem grandes carências económicas, de uma família que tem alguns problemas e é um aluno que inclusivamente ainda não tinha computador, só muito recentemente é que conseguiu através da escola ter acesso a um telemóvel. Este aluno ganha também particular relevância, na medida em que ele participou nestas olimpíadas, num universo de dezasseis mil alunos e cerca de quinhentas escolas inscritas e ficou entre os oito melhores a nível nacional. E, portanto, este aluno, atendendo às circunstâncias, é um aluno que nos orgulha, que nos honra a todos. Gostava de referir também que a Câmara Municipal esteve presente na atribuição dos diferentes prémios aos alunos participantes, que decorreu no sábado no Parque de Nações, no Pavilhão do Conhecimento e que de facto foi importante ver que Oliveira de Azeméis tem bons alunos, tem boas escolas, na medida em que também pôde constatar que muitos daqueles que lá estavam, participantes neste concurso, eram provenientes de escolas de colégios privados, que constam muito nos rankings e de facto não tiveram os melhores resultados. Também aqui uma congratulação pelo êxito alcançado por este aluno, neste domínio e que esperamos, espero eu e esperamos todos, tenha sucesso na representação de Portugal em El Salvador. Também gostava de referir a realização da Semana da Criança, que decorreu entre 30 de maio e 05 de junho, desta vez voltou ao local onde já era costume, já era tradicional, que nos últimos anos foi em Ul porque o Parque de La-Salette estava em obras de requalificação. Pela envolvência, pelo conjunto que é possível estabelecer ao nível de parcerias e participação de várias entidades, resultou uma vez mais num grande êxito, tendo envolvido três mil oitocentos e cinquenta e seis crianças e sessenta e uma entidades, que visitaram o parque. Este evento envolveu quase todos os alunos do município e um conjunto de atividades que procuraram estabelecer uma grande dinâmica entre professores, alunos e também entre os diferentes funcionários das escolas que acompanharam e participaram nas diferentes atividades. Refiro vários parceiros: Berço Vidreiro, Rede Ambiente, Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha de Oliveira de Azeméis, o Arquivo Municipal, o Núcleo de Competências de Ambiente e Conservação da Natureza, a CPCJ, Associações de Pais, academia de Artes Meia-Ponta, Comissão de Festas de La-Salette e a colaboração dos alunos do Curso Profissional de Técnicos de Organização de Eventos da Escola Ferreira de Castro e dos alunos do Curso Profissional de Técnicos de Turismo da Escola Soares de Basto. Foi uma jornada muito interessante e também houve lugar para a celebração do Dia do Ambiente, no último dia, dia 05 de junho. Uma nota final para a Mostra Concelhia de Bibliotecas Escolares, que está a decorrer na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, que teve a sessão de abertura no dia 09 de junho e que teve paralelamente uma exibição de várias atividades das diferentes escolas, dos diferentes agrupamentos e que está patente ao público. É uma mostra que procura de alguma forma sintetizar o imenso trabalho que é feito nas diferentes bibliotecas escolares em interligação com*

*a Biblioteca Municipal Ferreira de Castro. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto que fez a seguinte intervenção: Alguns aspetos muito pontuais, já abordados em intervenções anteriores e que mereciam respostas mais rápidas. As respostas tardam sem que se apresente justificação para isso. Uma delas, tem a ver com as análises que foram pedidas pela Associação Terras de Santa Maria à empresa que faz a gestão da ETAR. Era importante termos conhecimento do resultado dessas análises e desse trabalho que está a ser feito, até porque há algumas queixas, não sistemáticas mas que criam problemas sérios naquele troço do Caima, particularmente a jusante da ETAR. Quais as conclusões que estão a ser retiradas desse relatório e o que está a ser feito para que isso seja evitado no futuro? Um segundo aspeto, tem a ver com a Rua dos Cavaleiros, considerando que já foi decidido que a rua é pública, que a pessoa que colocou o portão já foi notificada, a verdade é que o portão continua da mesma maneira. Saber qual o ponto de situação, se já decorreu o prazo, se houve recurso, porque as pessoas continuam a queixar-se de que precisam de fazer um circuito maior. Uma outra questão, já há quase meio ano, cerca de cinco meses, ficou acordado que a paragem do TUAZ em Lações estaria condicionada aos dias de funcionamento do autocarro que faz o circuito semanal e não aos fins de semana. Passou tanto tempo que os moradores se questionam o que é que se passará com essa placa. Outra questão relacionada com a Casa Museu. Como sabe há um problema grave que se tem agudizado nos últimos tempos. A Casa Museu tem um terreno e paga um imposto municipal relativamente elevado. Era importante ver se era possível encontrar uma solução para este caso, uma vez que é uma instituição com interesse público e municipal. Apesar dos apoios do município a verdade é que não será difícil prever o fecho desta instituição pelo menos ao público, porque não tem condições de funcionar em permanência, dados os encargos, nomeadamente este do IMI. Trata-se de uma instituição que oferece um conjunto de serviços, um conjunto de mais-valias a nível cultural, que não tem a visibilidade da Volta a Portugal obviamente, nem de outras iniciativas que ouvimos aqui falar, mas que certamente são aquilo que marca a diferença quando um turista em Oliveira de Azeméis procura saber algo sobre o nosso concelho. Senhor Presidente, queria saber se está disponível para ouvir a Direção e saber se existe abertura para colaborar na resolução destes problemas. Finalmente, uma referência ao aluno, referido pelo Professor Isidro, eu não conhecia este feito individual, obviamente que tem o acompanhamento da escola que proporcionou a este jovem a formação, mas é preciso de facto ter qualidades extraordinárias, eu conheço as provas que são aplicadas para se chegar a este nível. Salientar e distinguir este aspeto como algo que nos deve orgulhar a todos. Só deixava aqui uma nota, Senhor Presidente, nós há alguns anos atrás apresentámos uma proposta que não foi aceite, ainda não conseguimos perceber porquê, de apoio de bolsas de estudo para o ensino superior para jovens de Oliveira de Azeméis. Obviamente que o município tem um papel importante, porque estes jovens que têm dificuldades imensas precisam de ser acompanhados, não só por outras instituições, mas particularmente pelo município que deve ter um valor previsto no seu orçamento municipal para os apoiar. Gostaríamos que houvesse um repensar da proposta,*



*apresentada e retirada na altura para análise. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: O Senhor Vereador Helder Simões colocou uma questão relativamente a umas declarações do Senhor Presidente Dr. António Loureiro, de Albergaria-a-Velha relativamente à A32 e eu queria-lhe dar nota do que é que efetivamente se passou com Oliveira de Azeméis. Foi uma conversa que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha teve comigo, nada formal e que passava por uma auscultação que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha estava a fazer parar poder depois então realizar-se uma reunião formal entre as duas câmaras municipais e depois poder fazer caminho ou não a ideia. A ideia não foge muito daquilo que o Vereador Helder Simões está a dizer, ou seja, a continuidade da A32 a partir do nó de Oliveira de Azeméis. Nós hoje temos uma infraestrutura de grande porte construída, caríssima e que neste momento não tem qualquer utilização, que é aquele viaduto e depois uma parte da autoestrada que esbarra num monte de terra. Como sabem também o concelho de Albergaria-a-Velha, através do movimento da Branca, sempre mostrou a sua oposição à continuidade da A32 num corredor paralelo à A29 e à A1, quer passasse a poente, quer passasse a norte da Branca, porque cortava a freguesia da Branca, outro porque o outro traçado cortava a área empresarial de Albergaria-a-Velha. O Presidente da Câmara apresentou uma sugestão, não foi mais do que isso, não há traçado, não há nada de concreto, nem houve nenhuma reunião formal, repito. A ideia do Presidente da Câmara de Albergaria-a-Velha e que nos apresentou, é que a ligação da A32 possa ser feita à A25. O Presidente da Câmara não nega que esta solução lhe resolvia o problema da Branca, em primeiro lugar, ou seja, é um problema comum ao anterior executivo e, portanto, essa situação ficava ultrapassada com esta nova acessibilidade e resolvia, segundo ele, um problema grande de acessibilidade e encravamento que tem Sever do Vouga e Vale de Cambra e entroncava, segundo também a opinião dele, no IC35 Penafiel/ Castelo de Paiva e depois fazia a ligação Arouca, Vale de cambra e Sever do Vouga, era um eixo muito do interior aproveitando e atraindo fluxo para a A32. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, fruto dos conhecimentos junto de Membros do Governo importantes confessou-me que ia ter uma conversa basicamente semelhante à que teve comigo com o Senhor Vice-Primeiro-Ministro Dr. Paulo Portas. Quanto à questão dos votos de louvor ao Bustelo, ao Futsal de Azeméis e ao Ossela, estamos completamente de acordo. Também é verdade que no fim de semana estivemos em duas finais: o Cesarense na Final da Taça de Futebol Feminino, que perdeu para o Albergaria; e, o S. Roque que foi derrotado pelo Águeda. O Senhor Vereador falou na questão da Central de Camionagem e daquele espaço e se bem se recordam, julgo que nós até deliberamos em reunião de Câmara fazermos a demolição daquela casa, que se não a demolíssemos ainda hoje lá estava. Eu tomei nota e vamos falar com os proprietários, eu julgo que devem receber uma renda da Transdev, mas efetivamente isso não é compatível com as outras coisas e, portanto, tomei nota e depois darei conhecimento aos Senhores Vereadores. O Senhor Vereador Pedro Marques falou em diversas iniciativas do ponto de vista desportivo, eu só gostava de destacar a questão do próximo fim de semana, o Troféu Concelhio, que é uma*

*prova da Taça de Portugal, é a prova mais importante que há no calendário da Federação Portuguesa de Ciclismo. A lógica é efetivamente nós percorrermos com chegadas e partidas o maior número de freguesias possíveis do nosso concelho. A edição deste ano vai ter a partida de Loureiro no sábado e vai chegar depois a Carregosa; no domingo é o circuito tradicional de Oliveira de Azeméis a Nogueira do Cravo, que é mesmo a questão do Memorial Bruno Neves. A Senhora Vereadora Ana de Jesus falou sobre a questão da informação do Centro de Línguas, a audiência de julgamento começa hoje, eu pelo menos enquanto testemunha estou convocado para estar às 14h no Tribunal de Santa Maria da Feira, julgo que a Senhora Vereadora Gracinda Leal também terá de ir. Vamos ver como vai decorrer o processo, se vai ter início ou se não vai ter início o julgamento e dentro daquelas que forem as informações possíveis de dar seguramente que as daremos aqui em reunião de Câmara. Quanto à reflexão pessoal, que só à Senhora Vereadora obriga, relativamente à questão da utilização do espaço, basicamente julgo que foi a isso que a Senhora Vereadora se referiu, a opção da construção de um campo de jogos, de um espaço desportivo em Cucujães, terá muitas fases e tem muito a ver com a densidade populacional, mas tem também a ver com uma vontade muito grande manifestada pelos atores municipais, neste caso pelos dirigentes do Atlético Clube de Cucujães, que tem um número significativo de praticantes em escalões de formação. Uma das questões importantes é a qualidade da infraestrutura desportiva que se oferece para a prática desportiva e o atual campo onde se faz formação no Cucujães não tem as medidas mínimas exigidas e, portanto, qualquer investimento que fosse feito no atual campo de treinos do Atlético Clube de Cucujães não seria um bom investimento, porque depois não se podia realizar competições, podia melhorar o treino e melhoraria seguramente a qualidade do treino, mas a valência oferecida não era a melhor. A Senhora Vereadora falou do ponto de vista da sua reflexão pessoal, que podia ser uma nova centralidade, sendo uma nova zona desportiva, eu aceito, não vou estar agora aqui a discutir o planeamento, nem o planeamento estratégico, mas dizer-lhe que efetivamente que aquele espaço onde vai ser construído este campo de jogos é um espaço que eu já tive a oportunidade de no início do primeiro mandato, inclusive, levar lá um conjunto de agentes privados numa perspetiva de concessão, de poderem fazer investimentos e depois concessioná-los, grandes investimentos, esteve muita coisa em cima da mesa, muitos projetos, muitas ideias, muitas mesmo, mas depois infelizmente nenhuma se veio a concretizar. Dizer que aquele espaço, Senhora Vereador só para lhe dar alguma tranquilidade, não vai ser só futebol, ou seja, a lógica daquilo, a finalidade do investimento é que seja um espaço de lazer, de prática desportiva, mas que possam ser praticadas várias modalidades. A primeira fase, aquela que é mais necessária, é efetivamente a do futebol. Depois a necessidade que a Senhora Vereadora falou da concertação, por exemplo, com o NAC naquilo que tem a ver com a valência do atletismo e com a opção do NAC na construção do seu centro de treinos, há ali logo uma primeira incompatibilidade que tem a ver não com o atletismo, com a corrida, nem com a marcha, nem com o salto, mas que tem a ver com tudo o que é lançamento e a possibilidade de ser compatível com relvados sintéticos ou relva natural e no atletismo só são admitidas relvas naturais. Foi falado com o NAC e com o*

*ACC e a lógica é que vamos fazer o investimento que está previsto para o campo, o NAC está a avançar com o centro de treinos e nós comprometemo-nos a garantir tudo aquilo que era financiamento de contrapartida nacional, porque o NAC mostrou e veio-nos dar nota de que esta talvez seria a última oportunidade que o NAC tinha para poder transformar um sonho em realidade, mas que não tinha verbas financeiras, nem tinha capacidade em as arranjar em tão pouco tempo e, portanto, nós garantimos e depois também teremos que formalizar o apoio em reunião de Câmara, porque estamos a falar de um espaço que vai favorecer claramente o atletismo. O espaço do futebol, não vai ser só futebol, quando estiver terminado vai um espaço diferente. A Senhora Vereadora Gracinda Leal falou em diversas iniciativas no âmbito dos pelouros que tem a sua tutela e eu destacava a questão do intergeracional e a questão dos desportos tradicionais, porque é uma fileira importante e é uma fileira em que as gerações mais velhas são importantes, há jogos que só eles é que sabem jogar e se eles não disserem as regras nós depois vamos ter saudades porque ninguém sabe como se joga. Senhor Vereador Joaquim Jorge, na área da saúde, nós vamos em tempo oportuno ter uma reunião com a Administração do Hospital. Eu acho que há pequenos sinais que nós devemos ler bem e que são importantes, eu julgo que o Senhor Vereador também fez referência a isso e que é que esta Administração do Centro Hospitalar do Entre o Douro e Vouga, ou o seu Presidente já veio mais vezes a Oliveira de Azeméis do que a anterior administração nos anos que esteve à frente do centro hospitalar. Depois dizer que a visão para o nosso hospital, isso eu posso garantir, é completamente diferente da visão da anterior administração. A visão é uma visão de complementaridade e uma visão de trazer mais valências para o hospital de Oliveira de Azeméis, que para isso precisa obviamente de condições. Há dados, Senhor Vereador, que são dados importantes, a taxa de ocupação do nosso hospital está perto dos 90%, portanto, mesmo a questão do fluxo às urgências, se os dados do primeiro trimestre deste ano se mantiverem, o número de urgências vai aumentar também significativamente, o que contraria claramente aquilo que nos era dito pela anterior administração do hospital, que a taxa de ocupação não era muito alta, que o fluxo às urgências estava a diminuir. Os dados que hoje temos disponíveis dizem-nos o contrário, ou seja, a taxa média de internamento é de oito dias e uma média de ocupação de 84%, o que é muito bom do ponto de vista da saúde e dos números do hospital. Se repararem, tendo em conta até tudo aquilo que está associado ao Hospital da Feira, o tempo médio de espera em urgência, o quem se passa com os internamentos, imaginem o que seria sem este hospital, seria absolutamente caótico ou seria mesmo ingovernável do ponto de vista da saúde. Estes sinais são sinais importantes, eu sei que cem mil euros são cem mil euros, mas são cem mil euros investidos não só nas pequenas reparações que são importantes, mas por exemplo na questão da transferência do serviço de imagiologia é logicamente a pensar noutras valências do futuro. Quanto à questão do parque de viaturas, o Eng.º Castanheira foi mandatado para fazer esse trabalho, está muito adiantado, até porque parte dele estava feito. Há inclusive algumas propostas. Depois há aqui duas opções e Senhor Vereador na altura quando introduziu o tema também falou nelas, que é a questão da aquisição ou a questão do aluguer. Isto é válido para*

*tudo, para as viaturas ligeiras, para as viaturas pesadas e para as máquinas. Neste momento há várias ofertas em cima da mesa. Eu tomei nota relativamente à listagem das ruas requalificadas naquele pacote global, na compra da matéria-prima. Quanto à Área de Acolhimento Empresarial, Senhor Vereador, novidades sobre o grupo Wuhan solicitei, conforme já tinha aqui dito na última reunião em que pude estar presente, solicitei uma reunião à AICEP relativamente a esta matéria. As conversas que temos mantido com o nosso interlocutor Eng.º Carlos Teixeira têm decorrido bem, eu sinto e reconheço grande vontade por parte do engenheiro em resolver o problema, mantendo o investimento, mas eu tenho que o colocar noutra patamar, não por nenhuma razão mas por preocupação por aquele espaço. Também vos quero dizer que já não há nem uma, nem duas, já são no mínimo três grupos empresariais que contactaram a Câmara Municipal para comprar os pavilhões, tal como estão. Portanto, vontade em ir para lá não falta, mas logicamente que nós não somos representantes do grupo Wuhan e dissemos que aquilo tem dono, estamos a falar de vários grupos. Depois dizer-vos também, o Senhor Vereador Joaquim Jorge pediu um relatório com o que está vendido, o que está vendido a quem. Dizer que neste momento estamos em adiantado estado de negociações com uma empresa que está sediada em Albergaria-a-Velha, na área da fileira florestal e temos um grande entreposto de fruta, espanhol, julgo que é o maior grupo de distribuição de frutas espanhol que identificou Oliveira de Azeméis e Estarreja como âncoras de investimento. Quanto à questão dos fundos, Senhor Vereador, aqueles mais de trezentos e oitenta e três milhões de euros que vão ser alocados à reabilitação urbana para o norte de Portugal e que só podem ter acesso a estes trezentos e oitenta e três milhões de euros do norte de Portugal dezassete municípios da Área Metropolitana do Porto, mais doze da Região Norte, portanto o aviso dos trezentos e oitenta e três milhões de euros destina-se a vinte e nove municípios, estamos a falar dos municípios de dimensão urbana, na qual nós estamos incluídos, depois fora da Área Metropolitana são os municípios de Braga, Guimarães, Famalicão, grandes municípios. Estes trezentos e oitenta e três milhões de euros estão fora da contratualização, quando forem abertos os avisos são avisos onde os vinte e nove municípios apresentam as candidaturas e não há aqui nenhuma limitação. Depois dizer que neste momento vamos iniciar as negociações no âmbito do Norte de Portugal com o bolo da Área Metropolitana, naquilo que é o Pacto de Desenvolvimento Territorial que já foi aprovado. Eu aqui, Senhor Vereador, acho que o dinheiro é pouco, já o disse aqui e já o disse publicamente, mas temos de ter algum cuidado a fazer este discurso porque o dinheiro para o norte é mais, isso é indiscutível. O problema é o que o muito mais dinheiro e os instrumentos que temos para ir ao muito mais dinheiro, no caso das câmaras municipais, o caminho é muito estreito. Destes trezentos e oitenta e três milhões de euros mais de metade em princípio fica na Área Metropolitana do Porto, porque se de vinte e nove municípios dezassete são da Área Metropolitana do Porto e estamos a falar dos maiores. Quanto aos mapeamentos, que é um novo termo utilizado nos Fundos Comunitários, nós queremos inscrever no mapeamento da saúde o Hospital de Oliveira de Azeméis, foi proposta nossa na Área Metropolitana do Porto, portanto uma verba, julgo de um milhão de euros e aí já estamos a*

*falar de obras mais a sério, só que os mapeamentos vão ser discutidos agora quer pelas entidades regionais, quer pela CCDRN. Na área da educação, porque não há dinheiro para escolas novas, nós optamos por sugerir inscrever no mapeamento a requalificação da Escola de Fajões e da Escola de Cucujães, estamos a falar em média de um milhão e meio de euros para cada uma, porque não vão ser aceites escolas novas neste mapeamento e, portanto, é esse o documento que temos do ponto de vista dos fundos comunitários. No mapeamento da saúde, 80% do mapeamento ou dos investimentos previstos estão na Área Metropolitana do Porto. O Vereador Isidro Figueiredo falou nas diversas iniciativas na área da educação, já falamos na questão de saudarmos o jovem Leandro Silva, aluno de Biologia. O Vereador Manuel Alberto falou aqui num conjunto de assuntos que já tinha falado. O relatório da ETAR da Ossela, peço desculpa se estiver a dizer alguma coisa de errado, mas tenho quase a certeza de que ele chegou à Câmara. Vou ver qual o ponto de situação da sinalética na paragem do TUAZ. Tomei boa nota da questão da Casa Museu regional. A Casa Museu não foi a única que nos pediu a isenção, depois não sei se há ali alguma conexão, mas houve também dois clubes desportivos que têm terrenos que nos pediram e achamos estranho porque foi tudo quase na mesma semana. Eu troquei algumas impressões com outros Presidentes de Câmara e há dúvidas relativamente à possibilidade da Câmara Municipal proceder a essa isenção. Nós pedimos também um parecer jurídico sobre esta matéria e eu julgo que na próxima reunião já podemos falar em mais pormenor sobre isso, porque não podemos estar aqui a cometer nenhuma ilegalidade. O Senhor Presidente concedeu novamente a palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Senhor Presidente, uma das questões tem a ver com um pedido de informação que foi feito em relação àquelas obras, a única coisa que nós precisamos, acho que ficou perceptível na minha intervenção, são as páginas 2 e 3 que faltam, ou seja, nós recebemos uma página que aludia exatamente à Rua José António Bernardo, estamos a falar das outras duas páginas que faltam e que se referem às outras ruas onde estão os autos de medição aferidos e o valor respondente, é só disso que estamos a falar, das páginas 2 e 3. Sobre aquilo que disse em relação ao Hospital de S. Miguel, obviamente que nós percebemos que há uma diferença substancial no discurso entre este responsável e o responsável anterior, é verdade que esses números da taxa de ocupação hospital rondam os 85% mas também sabemos o que rondam os 85%. Aquilo que nós pretendíamos é que esse hospital estive ocupado com cirurgias de ambulatória, feitas à população da região, e não a albergar utentes excedentários que o Hospital de S. Sebastião não tem capacidade para alojar. Agora aquilo, Senhor Presidente, que nós pretendíamos, é que este discurso que fala efetivamente na importância da complementaridade e na importância do reforço de valências do Hospital de S. Miguel tivesse concretização prática. É isso que nós pretendíamos com essa reunião, objetivamente sabermos que o Dr. Miguel Paiva cumpre políticas que são emanadas da tutela, sabemos isso obviamente, ele não tem possibilidade de alterar essas políticas, mas obviamente o que nós pretendemos é ter no Dr. Miguel Paiva um parceiro que connosco lute pelo papel que nós achamos que o Hospital de S. Miguel deve desempenhar no contexto dos cuidados de saúde regionais que nos presta. Nesse mapeamento*

*da saúde que falou, 85% vai para a Área Metropolitana do Porto, aquilo que eu sinto, a sensação que eu tenho, é que uma grande parte desse dinheiro vai para o Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e Espinho. Em relação à Wuhan, eu pedia que me fosse mantendo informado, porque objetivamente e muito sinceramente espero que o desfecho não seja tão desanimador como esse de haver um conjunto de potenciais interessados para os pavilhões, não é disso que se trata, não é essa a nossa preocupação. Para nós, quando ficamos todos muito satisfeitos não com o processo da venda dos terrenos mas com o processo do investimento, obviamente é porque aquela empresa tinha uma importância estratégica para o sector dos moldes e é isso que nos interessa. É evidente que um entreposto de frutas é extremamente importante, mas eu preferia que esse entreposto de frutas não fosse para esses pavilhões e que viesse a Wuhan, porque objetivamente estamos a falar de uma empresa que essa sim complementa outros setores.*

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS:** *Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias vinte e oito do passado mês de maio e dez do corrente mês, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *A Câmara Municipal tomou conhecimento do Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais/ Relatório Anual de Execução 2014, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== **APROVAÇÃO DE ATAS:** *O Senhor Presidente colocou à aprovação as atas nº 47 e 48, as quais foram aprovadas por unanimidade.* =====

===== **EDUCAÇÃO** =====

===== **PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2015/2016 – APROVAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA ATA DO CME (I/47697/2015):** *Retirado para melhor análise.* =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **PROCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM O CENTRO DE LÍNGUAS DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/47780/2015)**: Retirado para melhor análise. ===

===== **PROCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A ACADEMIA DE MÚSICA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/47630/2015)**: Retirado para melhor análise. =====

===== **PROCOLO A CELEBRAR COM O ROTARY CLUBE DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS – “CICLO DE CONFERÊNCIAS ÀS QUARTAS COM...” – APROVAÇÃO (I/47267/2015)**: Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - O Rotary Clube de Oliveira de Azeméis tem promovido, juntamente com a Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, o "Ciclo de Conferências Às Quartas Com..."; - O ciclo de conferências tem tido a capacidade de captar oradores de excelência nas mais diversas áreas profissionais - política, assuntos sociais, saúde, inovação, marketing, indústria - mobilizando a sociedade oliveirense; - Que este é um projeto do ano rotário 2014/2015 que o clube gostaria de dar seguimento no ano rotário de 2015/2016; - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos livres e Promoção do desenvolvimento (alínea e), f) e m) do n.º2 do art.º 23º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro); - Que compete à Camara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, ou outra de interesse para o município (alínea u), do n.º1 do art.º 33º do citado Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), proponho: - A aprovação da minuta do Protocolo a celebrar com o Rotary Clube de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, tendo em vista a colaboração institucional, que promoverá um diálogo e debate de ideias com os munícipes oliveirenses; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR COM A UNIÃO DESPORTIVA OLIVEIRENSE – DIVULGAÇÃO DO LOGOTIPO “AZEMÉIS É VIDA” (I/47783/2015)**: Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto (alíneas e) e f), do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro); - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Incumbe às Autarquias Locais, a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos – nº 1, art.º 6º, da Lei 5/2007, de 16 de janeiro (Lei Bases da Atividade Física e do Desporto); - Que nos termos do n.º 3 do art.º 46º (Apoios Financeiros) da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto - Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro: ”3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo

*Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;”, proponho: - A aprovação da minuta de contrato-programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a União Desportiva Oliveirense, com vista à divulgação do logotipo “Azeméis é Vida”, ao abrigo das alíneas o) e u), n.º1, art.º 33º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - Se remeta à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos. Os encargos resultantes do referido contrato-programa estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 2377/2015, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que fez a seguinte intervenção: Creio que no ano passado não foi disponibilizado o plano de desenvolvimento desportivo, que a Lei assim obriga, mas há aqui duas questões que eu gostava que o Senhor Presidente me esclarecesse até para confortar uma eventual tomada de decisão nesta matéria, porque no passado fizemos um contrato de publicidade e depois o Tribunal de Contas veio pedir satisfações e dizer que era ilegal. Não temos aqui nenhum parecer jurídico que sustente a decisão, mas que, o Senhor Presidente, pelo menos nos garantisse que isto cumpre a legislação toda em vigor. O Senhor Presidente respondeu: Eu percebo a questão, mas há uma coisa que eu não lhe posso garantir é a posição do Tribunal de Contas, o que eu sei é que nós já temos contas visadas por essas entidades onde isto está. Nós também conhecemos muitas outras câmaras do país que fazem isto com base na legislação que nós aqui aplicamos. Os nossos técnicos reuniram com muitos outros técnicos de outras câmaras, com a Associação Nacional de Municípios e eles sentem-se confortáveis com esta metodologia. Esta era uma situação que não era anual, nós aprovamos no ano passado e já vinha do mandato anterior. Isto já foi uma alteração, porque o que estava a ser feito, na minha modesta opinião, se calhar não estava a ser bem feito. Nós reunimos com os técnicos e os técnicos disseram que isto tinha de ser ano a ano. Nunca ninguém nos levantou problema nenhuma relativamente a esta matéria. O Vereador Helder Simões continuou a sua intervenção: Esta é uma questão legal e formal, é a questão de saber se podemos ou não podemos fazer isto desta forma. Politicamente, e é a sugestão que eu deixo e já deixei aqui também no passado, se nós formos ver os outros municípios que têm feito isto verificamos que têm feito um bolo, não para um clube, mas para vários clubes. Eu sei que temos de falar em valores diferentes, mas isto já foi aqui dito várias vezes, escalonar e fazer este tipo de apoios com o Cucujães, S. Roque e Bustelo, por exemplo. O Senhor Presidente disse: Nós temos neste momento constituída uma comissão que vai trazer a reunião de Câmara, até porque a própria legislação assim o obriga, os regulamentos de apoios às IPSS's, às associações sociais, desportivas e culturais. Se repararem os apoios têm vindo com critério, pelo menos há sempre uma justificação para os apoios. Estes são apoios mais do que justificados. A realidade deste clube é um pouco diferente da dos outros, é verdade. A ideia é que possamos para o ano, nesta altura do campeonato, aprovar tudo o que for apoios aos clubes com base nos regulamentos. Continuando a sua intervenção o Vereador Helder Simões disse: A*



*segunda questão, Senhor Presidente, tem a ver com a questão da formação desportiva, olhando para o mapa de receitas e despesas e sabendo claramente o que está por detrás deste mapa de receitas e despesas, percebemos que os pais não participam com nada para a formação quando nós sabemos que a realidade não é essa. Eu acho que há aqui uma coisa que nós não devíamos fazer, que é nós não devíamos aprovar este montante com estas contas a dar lucro, ou seja, isto dá cinquenta mil euros de lucro na formação e nós estamos a apoiar e a dizer que isto vai dar cinquenta mil euros de lucro à Oliveirense e a meu ver nós não devíamos apoiar uma coisa desta natureza. O Senhor Presidente respondeu: Vou analisar a situação, prometo que será retificado. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

**===== CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR COM A UNIÃO DESPORTIVA OLIVEIRENSE – FORMAÇÃO**

**(I/47711/2015):** *Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto (alíneas e) e f), do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro); - Que o desenvolvimento de atividades nesse âmbito destinadas às camadas mais jovens, traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos, criando espírito de grupo e vivência mais saudável; - Que a intervenção das instituições públicas deve focar-se na definição e operacionalização de políticas públicas de incentivo, dinamização, formação e apoio, assentes em critérios que perspetivem o apoio às instituições que melhor trabalham e que melhor serviço prestam à sociedade onde se inserem; - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Incumbe às Autarquias Locais, a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos – n.º 1, art.º 6º, da Lei 5/2007, de 16 de janeiro (Lei Bases da Atividade Física e do Desporto); - Que nos termos do n.º 3 do art.º 46º (Apoios Financeiros) da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto - Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro: ”3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;”, proponho: - A aprovação da minuta de contrato-programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com UDO, ao abrigo das alíneas o) e u), n.º1, art.º 33º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - Se remeta à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos. Os encargos resultantes do referido contrato-programa estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 2373/2015, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.” A Vereadora Dra. Ana de Jesus disse: Senhor Presidente, o voto só é a favor se houver uma correção das contas, se houver erro, porque senão tem que ficar que a*

*comparticipação deve ser até ao limite necessário. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

**===== PROPOSTA PARA REDUÇÃO DE TAXAS DA PISCINA DE LA-SALETTE**

**(I/47709/2015):** *Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta:*

*“Considerando que: 1. Presentemente as atividades recreativas têm funções múltiplas nos campos de educação, da cultura, da vida social e da economia que vão desde o turismo, o desenvolvimento económico e o emprego à melhoria das condições de vida das populações, da utilização sadia dos tempos livres à integração social dos/das jovens e minorias étnicas; 2. Os municípios dispõem de atribuições do domínio dos tempos livres e do desporto (artigo 23.º n.º2 alínea f) da lei n.º75/2013, de 12 de setembro), tendo estes assumido as atividades recreativas como um contributo para o progresso humano, individual e coletivo, colocando-o ao serviço das populações; 3. É por todos reconhecido que as atividades recreativas são cada vez mais um fator de identidade cultural, promotor de desenvolvimento económico e um vetor importante na formação de gerações, desempenhando cada vez mais uma função dupla, a que não podem ser indiferentes as autarquias locais. Além do que, a dinamização das atividades recreativas é hoje um meio eficaz para atingir condições de bem-estar físico e mental, absolutamente necessárias para o equilíbrio da sociedade atual, contribuindo também para estabelecer relações de convívio e um maior contacto com a natureza; 4. A intervenção das autarquias é determinante, quando assumem e integram as atividades recreativas e de lazer no conjunto das suas políticas municipais, as quais ultrapassam em muito as suas atribuições e competências; 5. O país atravessa constrangimentos económicos e financeiros com reflexos diretos a nível humano e social e disponibilidade das condições de acesso a espaços de lazer e recreativos; 6. De acordo com o artigo 7.º do RMTLORM, poderão ser isentas parcialmente até ao limite de 50% (n.º1), as taxas previstas no regulamento e tabela, por deliberação do órgão executivo, caso o município pretenda efetuar campanha que incentive os/as munícipes a usufruir dos seus serviços e espaços de lazer, propõe-se, nos termos e para os efeitos do art.º 23.º n.º2 alínea f) da lei 75/2013, de 12 de setembro e art.7.º do RMTLORM redução das taxas da Piscina de La-Salette, nos seguintes termos:*

<i>Designação</i>	<i>Taxa 2015</i>	<i>Proposta de Taxa</i>
<i>Dos 6 aos 12 anos</i>	<i>2,68 €</i>	<i>1,50 €</i>
<i>Dos 13 aos 18 anos</i>	<i>2,86 €</i>	<i>2,00 €</i>
<i>A partir dos 18 anos</i>	<i>3,18 €</i>	<i>2,50 €</i>

*Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

**===== NORMAS DE FUNCIONAMENTO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS DESPORTIVOS E DE LAZER – APROVAÇÃO (I/47400/2015):**

*Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: A necessidade de definir normas*

de funcionamento dos equipamentos municipais desportivos e de lazer, designadamente Piscina Municipal de Oliveira de Azeméis, Pavilhão Municipal Prof. António Costeira e Piscina Municipal La-Salette, propõe-se: Que a Câmara Municipal delibere aprovar as normas de funcionamento dos equipamentos municipais desportivos e de lazer identificados, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo do n.º 1 do artigo 23.º da alínea f) do anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS, DE RECREIO E OCUPAÇÃO DE TEMPOS-LIVRES – APROVAÇÃO (I/47337/2015):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi

apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - a Câmara Municipal, em reunião de 31/07/2014, deliberou aprovar o Projeto de Regulamento de Funcionamento e Utilização dos Equipamentos Desportivos Municipais, de Recreio e Ocupação de Tempos Livres, bem como a sua sujeição a apreciação pública; - Constatou-se que, após conferência dos prazos, foram cumpridos os normativos legais sobre a audiência dos interessados e de apreciação pública; - Não foram apresentadas quaisquer sugestões pelas entidades consultadas, mantendo-se o conteúdo da proposta do projeto inicial. Face do exposto, propõe-se: · Que a Câmara Municipal delibere dar a sua anuência ao presente Regulamento, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, bem como, submetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação; - Que se determine a posterior publicação nos termos do art.º 139 do novo C.P.A. e respetiva publicitação. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ACÇÃO SOCIAL** =====

===== **PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/47114/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda

Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos e Ações Sócio-Habitacionais, em que da análise social dos requerimentos de apoio ao arrendamento, se verifica que reúnem os requisitos necessários para beneficiarem do apoio, propõe-se o seguinte: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a atribuição de um apoio económico mensal com início no mês de junho de 2015, em conformidade com o quadro abaixo:

Nome	Freguesia	Nº Contribuinte	Valor Apoio	N.º EPEF	N.º CFD
Luísa Cristina de Almeida Costa	Cucujães	149 175 663	€ 80	1276	2349
Manuel Almeida da Silva	Cucujães	189 272 899	€ 45	1277	2348

<i>Maria Alice da Silva Sequeira</i>	<i>O. Azeméis</i>	<i>191 275 220</i>	<i>€ 60</i>	<i>1278</i>	<i>2347</i>
<i>Aquiles Reis Lopes</i>	<i>S. M. Gândara</i>	<i>176 027 386</i>	<i>€ 80</i>	<i>1279</i>	<i>2346</i>
<i>Elisabete Alexandra Resende de Pinho</i>	<i>Cucujães</i>	<i>209 735 651</i>	<i>€ 90</i>	<i>1280</i>	<i>2345</i>
<i>Carla Alexandra Pinto Moreira</i>	<i>O. Azeméis</i>	<i>216 562 155</i>	<i>€ 60</i>	<i>1281</i>	<i>2344</i>
<i>Ana Maria da Silva Fernandes</i>	<i>O. Azeméis</i>	<i>159 822 386</i>	<i>€ 70</i>	<i>1282</i>	<i>2343</i>

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE RENOVACÃO E REAJUSTAMENTO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/46628/2015):** Pela

Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio-habitacionais, relativa à renovação dos pedidos de apoio ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a renovação dos apoios, com efeitos a partir do mês de junho de 2015, em conformidade com o quadro abaixo, que integra os respetivos números de compromisso de fundo disponível:

<i>Nome</i>	<i>Nº Contribuinte</i>	<i>Valor Apoio</i>	<i>Valor da Renovação</i>	<i>N.º CFD</i>
<i>Esmeraldina de Jesus Mortágua</i>	<i>173 106 510</i>	<i>€ 52,5</i>	<i>€ 52,5</i>	<i>251</i>
<i>Maria Vera da Silva Conceição</i>	<i>182 819 000</i>	<i>€ 87,5</i>	<i>€ 87,5</i>	<i>406</i>
<i>Carla Alexandra Ferreira Soares</i>	<i>214 561 275</i>	<i>€ 60</i>	<i>€ 52,5</i>	<i>230</i>
<i>Custódio Alberto da Silva Vieira</i>	<i>152 165 142</i>	<i>€ 52,5</i>	<i>€ 52,5</i>	<i>244</i>
<i>Ilídia Correia Marques</i>	<i>138 143 404</i>	<i>€ 45</i>	<i>€ 45</i>	<i>269</i>
<i>Conceição Ferreira Santos</i>	<i>111 241 995</i>	<i>€ 80</i>	<i>€ 80</i>	<i>241</i>
<i>Maria de Fátima da Silva Martins</i>	<i>153 934 492</i>	<i>€ 37,5</i>	<i>€ 37,5</i>	<i>319</i>
<i>Maria de Lurdes Leite da Silva Trindade</i>	<i>213 004 399</i>	<i>€ 37,5</i>	<i>€ 37,5</i>	<i>323</i>
<i>Natália Silva Gonçalves Pinho</i>	<i>120 336 677</i>	<i>€ 30</i>	<i>€ 30</i>	<i>414</i>
<i>Sónia Cristina da Cunha</i>	<i>200 118 374</i>	<i>€ 52,5</i>	<i>€ 52,5</i>	<i>476</i>
<i>Susana Maria Oliveira Melo Valente</i>	<i>200 370 553</i>	<i>€ 52,5</i>	<i>€ 52,5</i>	<i>478</i>
<i>Maria da Conceição Gomes da Costa Lopes</i>	<i>203 240 006</i>	<i>€ 45</i>	<i>€ 45</i>	<i>315</i>
<i>Sandra Maria de Sousa Correia</i>	<i>196 743 311</i>	<i>€ 60</i>	<i>€ 60</i>	<i>467</i>
<i>Amália Ferreira Soares</i>	<i>187 861 340</i>	<i>€ 60</i>	<i>€ 60</i>	<i>192</i>

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE CESSAÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/39155/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda

Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de

*Projetos Sócio-habitacionais, no âmbito da cessação dos apoios ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a cessação dos seguintes apoios: Por não apresentarem requerimento de candidatura para renovar o referido apoio: Aurora Moreira Guimarães, Manuel Almeida Ferreira, Anabela Carrascal Oliveira, Isaque Marques da Silva Velhas e Manuel Pinho Conceição, com efeitos a partir do mês de junho de 2015; - Por não cumprir os requisitos regulamentares para beneficiar do apoio: Florbela Maria Tavares da Silva, com efeitos a partir do mês de abril de 2015 e Anabela dos Santos Rodrigues, com efeitos a partir do mês de maio; - Deixou de viver em habitação de renda passando a viver com familiares: Florentino da Silva Soares e Cármen Dolores da Silva Almeida, com efeitos ao mês de junho de 2015; - Integrou o agregado familiar do ex-companheiro: Sandra Cristina de Almeida Vasques, com efeitos ao mês de junho de 2015.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

**===== DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO =====**

**===== CONTRATO DE FINANCIAMENTO A CELEBRAR COM O PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO (POVT) (I/47770/2015):**

*Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O contrato de financiamento entre o POVT e o Município de Oliveira de Azeméis para a realização da operação “Eficiência Energética na Iluminação Pública no Município de Oliveira de Azeméis - 1ª Fase”; - O Contrato de Partilha de Poupanças Líquidas entre o Fundo de Eficiência Energética e o Município de Oliveira de Azeméis, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Proponho: - Que seja autorizada a assunção de compromissos plurianuais resultantes do referido Contrato de Partilha de Poupanças Líquidas (Draft) conforme a sua cláusula segunda no valor mensal de € 2.877,14 e valor anual máximo de € 34.525,68, até atingir 50% do valor total financiado no prazo máximo de 79 meses, sujeito a ajustamento em função dos resultados obtidos, com início em janeiro de 2016. - Submeta-se a autorização da Assembleia Municipal para efeitos do artigo 6º da LCPA, convalidando-se todos os atos entretanto praticados.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

**===== FINANÇAS E CONTABILIDADE =====**

**===== CONCURSO DE IDEIAS EMPREENDEDORAS DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS – “EMPREENDEDORISMO EM IDADE ESCOLAR” – ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO MONETÁRIO À ESCOLA VENCEDORA (I/47050/2015):** *Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A iniciativa desenvolvida pelo Contrato Local de Desenvolvimento Social +, adiante designado por TIME – Tempo de Incluir*

*Mudar e Empreender, no âmbito do eixo 1 da sua intervenção - promoção do emprego e empregabilidade, em parceria com o Município de Oliveira de Azeméis- O Concurso de Ideias Empreendedoras de Oliveira de Azeméis – "Empreendedorismo em idade escolar" (Normas e Condições de Acesso ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas); - Que o Concurso de Ideias Empreendedoras de Oliveira de Azeméis – "Empreendedorismo em idade escolar" é uma iniciativa que tem como principal objetivo sensibilizar e motivar a população estudantil para as práticas empreendedoras, promovendo o espírito de iniciativa e criatividade, procurando que se desenvolvam ideias capazes de aliar o empreendedorismo com o desenvolvimento do município de Oliveira de Azeméis; - O interesse municipal em apoiar e desenvolver ações que potenciem o Município de Oliveira de Azeméis para uma posição de relevo no domínio empreendedor, estimulando o aparecimento de ideias inovadoras, exequíveis, que apresentem vantagens competitivas e/ou suscetíveis de dar origem ao aparecimento de um novo produto e/ou serviço, com novas características e potencialidades; - O disposto na alínea u) e ss) do n.º 11 do art.33 do anexo à lei 75/2013 de 12 de setembro Considerando ainda: - A relevância do trabalho desenvolvido pelo TIME – Tempo de Incluir Mudar e Empreender nestas matérias de promoção do empreendedorismo, no reconhecimento do tecido empresarial existente e na criação de novos negócios, proponho: - Que o Município de Oliveira de Azeméis assuma a responsabilidade de atribuição do prémio pecuniário no valor de 500€, consignado no art.º 8 das Normas e Condições de Acesso, à escola vencedora em cada edição do Concurso de Ideias Empreendedoras de Oliveira de Azeméis – "Empreendedorismo em idade escolar", incluindo já a primeira edição de 2015; - A escola vencedora da edição de 2015 foi a Escola Secundária Ferreira de Castro, correspondendo ao n.º de compromisso de fundo disponível 2372/2015 e conforme se comprova pela ata do concurso anexa a esta proposta de deliberação." Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

**===== PAGAMENTO DE QUOTA ANUAL À ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DE TERRAS DE SANTA MARIA (ADRITEM) (I/45963/2015):** *Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: "Considerando: - O teor do ofício da ADRITEM – Associação do Desenvolvimento Rural Integrado de Terras de Santa Maria, de 25.05.2015, a solicitar o pagamento da quota anual referente ao ano de 2015, valor aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 09.09.2013, e que compete ao Município de Oliveira de Azeméis, proponho: A assunção da despesa e se proceda ao pagamento à ADRITEM – Associação do Desenvolvimento Rural Integrado de Terras de Santa Maria, da quota anual correspondente a este Município, referente ao ano de 2015, no valor de 25.000,00€ (Vinte e cinco mil euros), correspondendo o número de compromisso 2363/2015, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro (e posteriores alterações)." Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO DE 2014 – APROVAÇÃO:** *Presentes, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os documentos de prestação de contas, nomeadamente: Balanço consolidado; Demonstração de resultados consolidado; Mapa de fluxos de caixa consolidado; Anexo ao balanço e Demonstração de resultados consolidado; Mapa do ativo bruto consolidado; Mapa de Amortizações e reintegrações consolidado; mapa dos resultados financeiros consolidado; Mapa dos resultados extraordinários consolidado e Relatório de Gestão consolidado os quais se encontram integralmente elaborados e vão ficar arquivados em pasta anexa a este livro de atas. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro abstenções dos Vereadores do PS e quatro votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar os documentos apresentados. =====*

===== **PATRIMÓNIO** =====

===== **DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO (I/46975/2015):** *Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - que é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a desafetação de bens do domínio público municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do art. 33º, conjugado com a alínea q) do n.º 1 do art. 25º da Lei nº 73/2015 de 12 de dezembro; - a parcela de terreno constante da planta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, com a área de 1480m2, que confronta do norte com rua, do sul com Município de Oliveira de Azeméis e Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro, do nascente com Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro e do poente com rua, cedida ao domínio público para zona de equipamento, no âmbito do alvará de loteamento nº 8/99; - que esta parcela confronta com equipamento social da Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro, que, por motivos imperiosos das entidades que a tutelam, nomeadamente a Segurança Social, tem necessidade de regularizar todas as edificações e respetivas utilizações; - que já se encontram instaladas nesta parcela do domínio público, há vários anos, instalações desta Associação; - que neste momento, e atendendo também às razões supra, não é intenção do município edificar naquele local qualquer equipamento público, proponho: - ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art. 33º e para efeitos do determinado na alínea q) do n.º 1 do art. 25º da Lei nº 73/2015 de 12 de setembro, que seja deliberado pelo Executivo Municipal a intenção de desafetar do domínio público a parcela de terreno acima identificada, para integração do domínio privado municipal para que, por força das necessidades de licenciamento do equipamento social que prossegue fins de interesses do município, esta Associação possa, pelo meio que posteriormente lhe for atribuído, promover com legitimidade, os procedimentos de regularização quer urbanísticos quer das suas atividades/valências, que se encontram à data pendentes.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **AQUISIÇÃO PELA BRISA- ENG. E GESTÃO, S.A. DA PARCELA N.º 165 (A32 – AUTO-ESTRADA OAZ/IPI (S. LOURENÇO) TRECHO 1 OLIVEIRA DE AZEMÉIS/ NOGUEIRA DO CRAVO – APROVAÇÃO (I/47487/2015):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 20.11.2014, foi pela Câmara Municipal deliberado aprovar a proposta da Brisa – Eng. e Gestão, S.A de expropriação amigável da parcela n.º 165 para a A32-Auto Estrada OAZ/IPI (S. Lourenço), Trecho 1 Oliveira de Azeméis/Nogueira do Cravo, com a área de 4.602 m2 (sendo 2.950 m2 destinados à construção da autoestrada, 1.240 m2 a restabelecimentos e 412 m2 a acessos), correspondente ao prédio inscrito na matriz predial rustica sob o artigo 1155, da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo (anterior 766), pelo valor de € 40.000,00 (Quarenta mil euros) - I/87354/2014; - A necessidade de ser concretamente identificado o prédio, proponho: - Que a Câmara Municipal delibere aprovar a proposta da Brisa – Eng. e Gestão, S.A de expropriação amigável da parcela n.º 165, sita em Cimo de Vila, com a área de 4.602 m2 (sendo 2.950 m2 destinados à construção da autoestrada, 1.240 m2 a restabelecimentos e 412 m2 a acessos), correspondente ao prédio inscrito na matriz predial rustica sob o artigo 1155º, da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo (anterior 766), pelo valor de € 40.000,00 (quarenta mil euros), a formalizar mediante escritura.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO** =====

===== **APROVAÇÃO DE ALINHAMENTO E RECUO A SALVAGUARDAR PARA OS ARRUAMENTOS QUE INTEGRAM A ZONA INDUSTRIAL DO NORDESTE – CESAR/ FAJÕES/ CARREGOSA, AO ABRIGO DO N.º 2 DO ARTIGO 26.º DO REGULAMENTO DO PDM13 (I/47299/2015):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a implementação do PDM13, nomeadamente no que concerne às orientações municipais para estabelecimento de alinhamentos e recuos da edificação; - o estudo desenvolvido pelo núcleo de competências de planeamento e projetos da EMPGUA, no âmbito da elaboração do Plano de Urbanização da Zona Industrial do Nordeste, e as constantes solicitações de alinhamentos e recuos para essa área em sede de gestão urbanística, ao abrigo das disposições do artigo 26º do regulamento do PDM13; - o pedido de pronúncia às respetivas Juntas de Freguesia dos alinhamentos propostos, constantes nos processos 7148, 7149, 7150, 7151, 7152, 7153, 7154, 7155 e 7156 de 2014; - as respostas de concordância das Juntas de Freguesia de Fajões e de Carregosa, constantes nos E/17676/15 e E/17678/15, e o entendimento que a falta de resposta da Junta de Freguesia de Cesar neste período de quase meio ano se traduz numa concordância tácita. Proponho a aprovação do estudo de alinhamento e recuo a salvar em causa (planta conjunta), documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, face às atribuições municipais conferidas pelas disposições conjugadas e constantes no artigo 7º do Regulamento



*Geral das Edificações Urbanas, na sua atual redação, e no n.º 2 do artigo 26º do regulamento do PDM13.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== Ausentou-se o Vereador Dr. Manuel Alberto Pereira. =====*

**===== PROGRAMA ESTRATÉGICO E BENEFÍCIOS FISCAIS PARA A ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA CIDADE DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/47491/2015):**

*Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Na sequência das deliberações já tomadas sobre a delimitação da área de reabilitação urbana de Oliveira de Azeméis, tendo a última sido publicada através da Deliberação n.º 1950/2014 na 2ª Série do Diário da República de 27 de outubro de 2014, apresenta-se agora para aprovação o respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, o qual também inclui, para além da identificação das ações públicas, o quadro de benefícios fiscais que incidirão sobre as operações urbanísticas inseridas nesta ARU. Nos termos do disposto no artigo 33º, n.º 1 alínea ccc) da Lei n.º 75/13, de 12/09, conjugado com o disposto no artigo 14º do regime jurídico da reabilitação urbana, Decreto-Lei n.º 307/09, de 29/10, alterado pelo Decreto-Lei n.º 32/12, de 14/08, proponho a aprovação do documento referido, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” Dando início à discussão do ponto, o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Este é mais um passo que temos de dar do ponto de vista da nossa ARU para estarmos prontos logo que os avisos dos fundos comunitários apareçam e podermos entrar em grande força, porque candeia que vai à frente ilumina duas vezes, já o velho ditado dizia assim. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente para prestar esclarecimentos: Esta proposta tem o objetivo que o Senhor Presidente acabou de referir, pois perspetiva-se brevemente a abertura dos avisos das candidaturas para a reabilitação urbana e para além disso como temos uma ARU aprovada já há algum tempo, tínhamos a necessidade de aprovar a operação de reabilitação urbana para a ARU que foi aprovada. Surge agora este projeto de reabilitação urbana, é uma operação de reabilitação urbana sistemática e não simples, porque as operações de reabilitação urbana simples respeitam apenas ao edificado. Nós aqui temos um conjunto de propostas e ações que vão para além da simples reabilitação do edificado e o edificado que nós propomos é só em termos de edificado municipal, embora o conjunto de benefícios fiscais que temos aqui definido respeite à reabilitação do edificado por parte dos particulares. Está aqui informado o diagnóstico a que nós chegamos para o desenvolvimento de todo este programa estratégico; está aqui vertida toda a nossa estratégia de investimento municipal para os próximos dez, quinze anos em termos de ações públicas na requalificação de determinadas áreas da ARU, na infraestruturização que também entendemos que é essencial, na reabilitação de todo o edificado municipal; estão aqui também definidos todos os benefícios fiscais que achamos que são relevantes para cativar os particulares para a reabilitação do edificado, tudo isto numa estratégia que está vertida no PDM de 2013,*

*principalmente com a contenção dos aglomerados urbanos e a eliminação da expansão do solo urbano, no fundo para concentrar o investimento privado também na reabilitação das zonas urbanas consolidadas e também vem de encontro à própria estratégia que o estudo definiu e que assenta nestes objetivos de reabilitar a identidade e até a urbanidade da nossa cidade. Como nós já falamos quando aprovamos a ARU há uma vontade e há uma estratégia assumida do executivo de querer valorizar a importância da cidade de Oliveira de Azeméis e da reabilitação para essa valorização da cidade de Oliveira de Azeméis como sede e espaço polarizador e aglutinador de um concelho que se afirma cada vez mais empreendedor, inovador, dinâmico e para nós é fundamental que a cidade seja o espelho e a marca desse concelho que nós queremos promover. Em termos de procedimento esta proposta que nós aqui trazemos é essencial, é uma proposta em instrumento próprio, segue as mesmas regras dos planos, que seria muito mais moroso e em termos de definição para a reabilitação urbana ou para a execução do programa de reabilitação urbana não é na nossa ótica essencial, portanto, isto é uma operação através deste documento, deste programa estratégico. Em termos de procedimento sendo aprovado este documento na reunião de Câmara, será objeto de um parecer do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, é um parecer vinculativo e obrigatório e paralelamente com isto irá ocorrer um período de discussão pública. No fim da recolha desse parecer e da discussão pública virá novamente à reunião de Câmara para submetermos à aprovação da Assembleia Municipal, que é no fundo o órgão municipal competente para a aprovação das operações da reabilitação urbana. Também está aqui definido, para além de todos os objetivos estratégicos da reabilitação urbana para o nosso município do investimento que vai ser necessário para a reabilitação urbana, de que forma é que achamos que podemos financiar essa reabilitação urbana; o próprio modelo de execução; os instrumentos de execução; os benefícios fiscais; como é que se vai executar isto, criação de um gabinete próprio dentro da Câmara Municipal para acolher todos os pedidos de reabilitação urbana e para informar quem estiver interessado em reabilitar, inclusivamente para desenvolver projetos de reabilitação para quem tem mais carências nessa possibilidade; em termos até uma bolsa de fogos volantes para acolher quem pretender reabilitar e poder se deslocalizar para outro espaço temporariamente; em podermos ser depositários de uma série de investidores ou agentes que queiram associar-se a este projeto para apoiar quem estiver interessado na reabilitação urbana, por exemplo empreiteiros, vendedores de materiais, nós vamos no fundo ser intermediários através do site da Câmara de todas essas informações para fornecer aos particulares que estiverem interessados em reabilitar. Toda a estratégia está aqui definida, é uma proposta inicial que irá ser submetida a uma discussão pública e depois traremos a proposta definitiva desse programa estratégico. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Senhor Presidente quero apenas fazer algumas considerações relativas aos investimentos e obras previstas neste documento. Desde logo alguma incoerência nos números que são apresentados com os que estão estipulados no orçamento da Câmara, por exemplo no que diz respeito ao fórum da juventude, os valores que estão aqui apresentados não batem certo com os*

valores que estão estimados no orçamento da Câmara Municipal. Depois achar estratégico gastar seis mil euros no edifício Bento Carqueja, colocar aqui esta obra com este valor é desvalorizar este documento. Depois temos um valor de 2,8 milhões de euros para a antiga Mercantil, mas eu pergunto o que é que se pretende fazer daquele edifício? Faz sentido que saibamos pelo menos a tipologia do uso que se pretende para o espaço? Para fazer estas estimativas teve que se ter alguma base, avaliar a importância e o custo da obra dependerá em muito do que se pretende para o espaço. Face ao projeto que nos foi aqui apresentado de recuperação do Cine-Teatro Caracas, quatro milhões de euros de investimento parece-me uma megalomania, parece não existir interligação entre os departamentos da Câmara, pois o projeto apresentado não pode custar este dinheiro. Gostava ainda de perceber qual é o destino que se pretende dar ao atual mercado, Investimos na sua requalificação cerca de um milhão de euros e agora já não se vai destinar a mercado. Gostava de perceber o que pretendemos para aquele espaço, é um espaço demasiado grande para não sabermos qual a sua afetação. Está também previsto um milhão de euros para a reabilitação dos Paços do Concelho e em simultâneo 3,5 milhões de euros para um novo. Era importante perceber qual a localização que pretendem para o novo edifício pois tratasse de um edifício estratégico para dinamizar toda esta zona. Parece-me também demasiado três milhões de euros para a requalificação da Escola da Feira dos Onze e da Fonte Joana, quase que dá para nós fazermos os dois centros escolares que faltam. Este programa prevê canalizar 25% do valor total para o novo mercado e para o centro coordenador de transportes, ou seja, nove milhões de euros por estas duas obras objetivamente parece-me exagerado. Também exagerado são os quatro milhões para requalificar a zona desportiva. Seiscentos mil euros na Feira dos Onze? Eu pensei que nós íamos lá gastar estes oitenta mil euros; quinhentos mil euros para a requalificação da envolvente aos prédios amarelos? Eu considero estas estimativas exageradas mas admito que quem as fez deve ter mais elementos do que eu, nomeadamente sobre as afetações dos espaços. Gostaríamos de as ter para eventual reanálise destas estimativas. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: A intervenção do Helder Simões deixa claro que este documento, sendo ele um documento técnico, devia ter objetivamente nesta fase já o cunho político também, é para isso que cá estamos, é essa uma das nossas obrigações enquanto Vereadores, é fazer precisamente discussão sobre o planeamento estratégico que devemos ter para o concelho. E este é um documento de planeamento estratégico da máxima importância, assim como o PDM 2013. Dito isto, temos neste documento um conjunto de fases. Uma que se refere ao diagnóstico e que aponta a necessidade de concluirmos as vias estruturantes; que refere o estado de conservação do nosso edificado público dizendo que é edificado muito degradado; que alerta para a necessidade objetiva de termos mais espaços verdes, a oferta que temos é reduzidíssima, desfragmentada, descaracterizada e pouco utilizada. Depois passamos para a fase da intervenção propriamente dita, intervenção em património já edificado mas que necessita de requalificação, estamos a falar do Largo Luís de Camões, da Praça da Cidade, da zona histórica, da zona desportiva e da Feira dos Onze. Sobre isto queria dizer que nós no PDM

*tínhamos definido dois núcleos urbanos da máxima importância a reabilitar, o de Oliveira de Azeméis e o do Pinheiro da Bemposta, relativamente a este temos aqui uma ausência total de instrumentos, sendo certo que ambos eram definidos como sendo elementos de grande valor patrimonial, histórico e cultural. Quanto à intervenção com novas construções e estamos a falar do mercado municipal, do centro coordenador de transportes e do novo edifício dos Paços do Concelho. Uma terceira fase que se refere à duração deste programa estratégico. Estamos a falar de dez anos mais cinco. A primeira pergunta que se impõe é como que vamos fazer esta reabilitação urbana? Vamos fazê-la através dos particulares? De uma entidade gestora? ou através de uma administração conjunta? Essa forma deveria aqui ser pensada. Depois a questão do financiamento, como é que isto vai funcionar? Os técnicos Aconselham o recurso aos privados embora reconheçam que os mesmos adiram, apesar dos benefícios fiscais previstos. E por isso admitem que este plano só possa ser executado através do orçamento municipal. Mas nós não temos plasmado nos nossos PPI's este conjunto de intervenções. Depois com este nível de montantes decerto que muitas delas se vão eternizar no tempo e a sua execução não se afigura viável nos tempos previstos. Colocam a possibilidade e recorreremos a programas adicionais de reabilitação urbana, do Portugal 2020 e já aqui ouvimos falar nos trezentos e oitenta e cinco milhões de euros que serão distribuídos por dezassete mais doze municípios. Quer isto dizer que se nós estivéssemos a falar de uma situação de completa equidade estaríamos a falar em cerca de treze milhões de euros para o Município de Oliveira de Azeméis e este plano prevê gastar trinta e nove milhões de euros. Não conseguiríamos ir além da requalificação da Mercantil, do Caracas, dos Paços do Conselho e da zona desportiva. Considerando que se trata de um documento que irá para discussão pública entendo que deveria ser claro quanto a prioridades. Nós queremos gastar 2,8 milhões de euros na Mercantil, mas com que objetivo? Vai ser um museu? Vai ser uma galeria de artes? Vai ser um museu mais uma galeria de artes? Vai ser uma outra coisa qualquer? Ou seja, politicamente devemos dizer quais são as prioridades de investimento para o município, aquilo que objetivamente queremos fazer nestes quinze anos, pois todos sabemos que não vai ser possível fazer todas estas obras. E por outro lado deveríamos definir desde já a afetação que vamos dar aos edifícios. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que fez a seguinte intervenção: Eu tentei-me colocar no lugar de um munícipe, alguém que é confrontada em discussão pública com este documento, e pergunto-me o que poderia dizer sobre ele. Teria dificuldade. Com certeza que nenhum Oliveirense está contra a reabilitação de qualquer um destes edifícios. Agora, provavelmente teria que perguntar o que é que se pretende para com cada um deles. Para se promover a discussão pública, acho que deveríamos dar esses elementos às pessoas. Que é necessário reabilitar ninguém tem dúvidas, para quê, é que já pode gerar discussão. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto que disse: Senhor Presidente, de facto as intervenções dos colegas foram suficientemente importantes do ponto de vista político, mas há aqui só uma questão e que tem a ver com a Casa dos Monteiros. Ora bem, que eu saiba, a não ser que haja aqui alguma alteração, penso que não*

*terá havido, mas já agora gostaria que o Dr. Ricardo Tavares esclarecesse, em 2009, em vésperas de eleições, foi aprovado um projeto que visava a demolição dessa casa, deste património e a edificação de um novo edifício. Pergunto: Aconteceu algum recuo, alguma alteração, para nós considerarmos agora neste documento esse edifício como património? O Vereador Dr. Ricardo Tavares respondeu: Esse projeto já caducou. A Casa dos Monteiros faz parte da Área de Reabilitação Urbana. Se vocês perceberem a lógica da reabilitação, a reabilitação traz incentivos mas também traz obrigações, o particular tem o dever de reabilitar. Estamos a falar de reabilitação e concretamente da Área de Reabilitação Urbana de Oliveira de Azeméis, para não se pensar que é um planeamento estratégico para o concelho, conforme já aqui ouvi falar. Em Oliveira de Azeméis até pode haver dez ARU's se nós acharmos que há necessidade de reabilitar outras áreas só de Oliveira de Azeméis, como em qualquer outra freguesia pode haver. O que nós dissemos no PDM, e definimos, é que qualquer intervenção nestas áreas patrimoniais, quer de Oliveira de Azeméis, quer de Pinheiro da Bemposta, são áreas de salvaguarda patrimonial e histórica que merecem especial cuidado. Nós também definimos, estrategicamente, que nós temos de começar por reabilitar e valorizar a cidade de Oliveira de Azeméis e por isso é que é a primeira ARU que nós aprovamos. Estamos a definir a operação de reabilitação urbana e todo o investimento que está aqui concentrado, todas as medidas que nós aqui temos definidas é só para esta zona da ARU de Oliveira de Azeméis. Não é um programa estratégico para o concelho, é apenas para a Área de Reabilitação Urbana de Oliveira de Azeméis. Depois está aqui bem explícito e definido, e é coerente com o PDM porque o PDM já tem todas estas alterações inclusas no respetivo documento, que é a Câmara Municipal para já que vai ficar como entidade gestora desta operação de reabilitação urbana. Estão aqui claramente definidos quais são os mecanismos pelos quais a Câmara Municipal, individualmente ou em ação conjunta, ou mediante intervenção dos particulares, vai reabilitar; estão aqui definidas as ações que pretendemos reabilitar, por exemplo: temos aqui definida a possibilidade de construção de uns novos Paços do Concelho mas temos também aqui definida uma reabilitação da Mercantil que pode englobar ou aglutinar serviços municipais que estão espalhados em diversos edifícios. As decisões que aqui estão são nossas, não são dos nossos técnicos. Quando nós aqui dizemos que queremos reabilitar o edifício dos Paços do Concelho e que queremos submeter isto a concurso de ideias, estamos a submeter isto também a um concurso de ideias para a área onde queremos eventualmente instalar os Paços do Concelho, queremos recolher as opiniões. Queremos concretizar isto? Queremos, mas primeiro temos que aprovar definitivamente este documento de planeamento estratégico. Queremos que as pessoas, os eleitos e as pessoas externas nos digam se concordam com estas ações que nós queremos promover na Área de Reabilitação Urbana. O Senhor Presidente disse: Queria só dar aqui duas ou três notas que julgo importantes. Ainda há bocado estávamos a falar de fundos comunitários e de mapeamentos, estávamos a falar de seis milhões de euros para o hospital de Gaia e quinhentos mil euros para o Hospital de Santa Maria da Feira. O que nós estamos aqui a falar são expectativas do ponto de vista financeiro, nós não estamos aqui a definir o orçamento, são*

valores meramente indicativos. Nós relativamente à necessidade de podermos candidatar a fundos comunitários na área da reabilitação urbana e outras, nós temos que nos preparar para discutir imensos planos. O próximo será o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentado (PEDUS), qualquer obracinha que a gente queira candidatar tem que ter um PEDUS. O Vereador Dr. Ricardo Tavares disse: Nós queremos é que as pessoas tragam ideias, não é discutir as nossas ideias, isso depois terá o seu momento. Nós queremos ideias para reabilitar o centro antigo de Oliveira de Azeméis. O Vereador Eng.º Joaquim Jorge disse: O Senhor em vez de colocar isto num plano do executivo, o Senhor desvaloriza sempre o papel da oposição, o Senhor considera sempre que as sugestões da oposição devem ser dadas no período de discussão pública e aquilo que nós entendemos é uma coisa completamente diferente. Nós temos um documento, que é um documento estratégico em termos daquilo que são as pretensões do município no domínio da reabilitação urbana. E aquilo que achamos que é importante, porque nós percebemos que uma grande parte disto não vai poder ser executado porque não existem verbas disponíveis, é que nós definíssemos aqui claramente quais são as prioridades. Sabe-me dizer aqui quais é que são as prioridades do município para estes quinze anos? Eu não quero que haja um conjunto de pessoas a opinar sobre um conjunto de coisas que nós não vamos fazer. O Senhor Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte intervenção: Senhores Vereadores, nós estamos todos a dizer a mesma coisa. Nós estamos numa discussão mais genérica, depois teremos que decidir à volta desta mesa quais são as prioridades. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, remetendo-a para discussão pública. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA DE “CENTRO ESCOLAR DE UL” – AUTO N.º 15 TC (I/47603/2015)**: Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “Pascoal & Veneza, Lda.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º15 no valor de €86.865,09 (oitenta e seis mil oitocentos e sessenta e cinco euros e nove cêntimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL J.R. RIBEIRO MOLDES, LDA., PARA EFEITOS DE APLICAÇÃO DO REGIME EXCECIONAL PREVISTO NO DL 165/2014 DE 05/11 (I/47333/2015)**: Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - compete à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) n.º 4 do art. 5º do DL 165/2014 de 5/11 emitir declaração fundamentada de reconhecimento

do interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial; - esta declaração é um elemento instrutório indispensável e de extrema importância, para a submissão do pedido de regularização na entidade coordenadora do licenciamento industrial; considerando ainda: - o parecer técnico anexo à presente proposta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho: - que seja deliberado pelo executivo municipal, aprovar o reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial da empresa J. R. Ribeiro Moldes, Lda.; - e que tal proposta seja remetida à Assembleia Municipal para deliberação fundamentada, nos termos identificados na alínea a) do n.º 4 do art.º 5.º do DL 165/2014 de 5/11.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PI/3560/2015 (I/45706/2015) – AVELINO PAIS DA SILVA – CABEÇA CASAL DA HERANÇA DE – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE,** representado por Maria Helena Oliveira Pais da Silva, residente na Rua Banda Musical, freguesia de Fajões, deste concelho, na qualidade de herdeira, requer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de compropriedade do prédio rústico composto por cultura de regadio com 60 metros de ramada, sito no lugar de Còvelo, freguesia de Fajões, deste concelho, com a área total de 0,070000ha, a confrontar de norte com Mário de Almeida Martins, de sul com Manuel da Rocha Dias, de nascente com urbano do mesmo e de poente com Mário de Almeida Martins, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 1009. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====

===== **PI/9141/2009 – EVANGELINA SOARES DA SILVA UNIPessoal, LDA. – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PELA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM QUIOSQUE (I/47048/2015):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - que compete à Assembleia Municipal deliberar sobre os pedidos de isenção de taxas; - a necessidade de promover, consolidar e estimular as atividades comerciais no concelho, nomeadamente o comércio local; - a política e o incentivo à regeneração urbana, que deverá incluir também o mobiliário urbano privado, que se pretende substituir por novo, melhorando substancialmente a estética e atratividade do equipamento e inevitavelmente da envolvente; - que na atual conjuntura económica do país e das empresas, o pagamento de taxas desincentiva o investimento dos agentes económicos, proponho: - ao abrigo da Lei n.º 73/2015 de 12 de setembro, que seja deliberado pelo executivo municipal a intenção de isentar o pagamento da taxa pela ocupação do espaço público com quiosque, para o ano de 2015, no valor de 812,33€, como forma de compensação pela renovação da estrutura do equipamento, com vista não só às melhorias das condições de ocupação (de trabalho) deste, bem como à dignificação de todo o espaço envolvente (praça da cidade); - impondo contudo, que até ao final do presente ano a obra esteja efetuada, sob pena de

*ser revogada tal deliberação e obrigada a requerente ao pagamento das taxas devidas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

**===== PI/3469/2015 – ACÚSTICA MÉDICA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/47074/2015):** *Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: À Reunião de Câmara para ratificação do meu despacho de 29/05/2015, que se transcreve: "Defere-se o pedido de autorização de ocupação do espaço público com unidade móvel de rastreio auditivo, com isenção do pagamento de taxas por se tratar de uma iniciativa de interesse público. Elabore-se proposta de ratificação desta minha decisão de isenção, na próxima reunião de câmara." Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

**===== CONTRATAÇÃO PÚBLICA =====**

**===== EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO FAVORÁVEL PARA DIVERSAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS (I/47272/2015):** *Do Presidente da Câmara Municipal Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1 - Nos termos do nº 5 e 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2015- LOE 2015), carecem de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços; 2 - Nos termos do n.º 6, do artigo 75.º da LOE 2015, o parecer prévio vinculativo depende de: a) Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes às contratações em causa. Neste âmbito, a circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR. Nº 92/2014-PB de 24 de julho que divulga a Nota Nº 5/JP/2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública, bem como o despacho nº 2556/2014-SEAP de 10/07/2014 proferido sobre a mesma pelo Senhor Secretário Estado da Administração Pública, corrobora a não aplicabilidade da consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) para a administração autárquica, bem como a solução interpretativa uniforme da DGAL, no mesmo sentido, homologada pelo Senhor Secretário da Administração Local, a 15 julho de 2014, as autarquias locais não estão sujeitas à obrigação de consulta prévia à Direção Geral de Qualificação dos Trabalhadores (INA); b) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente; c) Verificação do cumprimento do disposto na Lei nº 75-A/2014 de 30 de setembro; d) Que se tratam da execução de trabalhos não subordinados, para os quais se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; 3 - Neste contexto, os competentes serviços municipais reuniram a informação relativa às aquisições de serviços, organizada no quadro abaixo, que não se encontram abrangidas na Deliberação de 22/01/2015 (I/5137/2015), relativa ao Pedido de Parecer Prévio favorável*



*Genérico para aquisição/prestação de serviços - Tarefa, pelo que necessitam da respetiva autorização/parecer prévio favorável, tendo sido verificados e devidamente justificados os requisitos enunciados no ponto 2. Submete-se ao Órgão Executivo a emissão de parecer prévio vinculativo favorável para efeitos do disposto nos n.ºs 5 e 12, do artigo 75.º da LOE 2015, relativamente aos contratos de aquisição/prestação de serviços constantes do referido quadro, cujos requisitos se encontram verificados e devidamente justificados, com convite à (s) entidade (s) que reúnem os requisitos, habilitações e aptidão técnica para satisfação das necessidades, de acordo com a aprovação do órgão/entidade com competência para autorização da despesa e decisão de contratar.*

Nº RQI	Descrição da Necessidade	PRC	EPEF	Prazo de Execução	Preço Base	Taxa aplicável	Preço base c/ redução remuneratória	Tipo de procedimento/ Fundamentação legal	Compromisso plurianual
941	Aquisição de Serviços - Concertos, no âmbito do evento FUNZONE 2015	871	1275	3 e 4 de julho	32.290,00 €	8%	29.706,80 €	ADRG - Artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos	Não aplicável
936	Aquisição de Serviços animação, no âmbito do evento FUNZONE 2015	863	1273	27/06 e 29/06 a 03/07	9.000,00 €	8%	8.280,00 €	ADRG - Artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos	Não aplicável

*Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====*

*===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====*

*===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 13h e 10m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,  
, na qualidade de secretária a redigi. =====*